



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

LONDRES, INGLATERRA, 3 DE DEZEMBRO DE 1997

Em nome do povo e do Governo brasileiros, agradeço-lhe as palavras generosas e a hospitalidade com que nos acolhe – a minha mulher, a mim e à comitiva que me acompanha.

Este cenário imponente do Guildhall ajuda a lembrar que, como poucas metrópoles, Londres soube manter a harmonia entre o passado e o presente.

O fato de estarmos reunidos aqui em pleno coração da City de Londres – por muitos aspectos, o maior centro financeiro do mundo – traz à tona o assunto a que irei dedicar minhas breves palavras.

Nas últimas semanas, o mundo tem vivido um período de acentuada instabilidade nos mercados financeiros, especialmente nas bolsas de valores. É difícil antecipar com exatidão o momento em que ocorrem essas oscilações, a intensidade e duração de seus efeitos ou o impacto que podem ter nos distintos continentes e países à volta do globo.

Sendo eu sociólogo por profissão, tendo a aceitar com naturalidade os limites de nossa capacidade de compreender e explicar o comportamento coletivo. Mas há uma grande diferença entre, por um lado, não dominar todos os elementos de informação sobre um determinado

fenômeno, em um dado instante, e, por outro, resignar-se passivamente diante dele.

Este é um tema sobre o qual tenho conversado com os meus colegas líderes do G-7. Há três anos venho tentando sensibilizá-los para a necessidade de que a comunidade internacional examine a questão da volatilidade dos fluxos de capital.

Não se trata de defender a re-regulamentação das finanças mundiais, e, sim, de apontar a necessidade de que os governos, e as sociedades de modo geral, sejam capazes, por meio de maior cooperação e mecanismos acordados entre eles, de evitar os danos que podem advir das turbulências ou instabilidades do mercado internacional.

Tais danos não ficam circunscritos às 'nações emergentes' e atingem, como aconteceu na última semana de outubro, os países mais adiantados. Além disso, nos casos mais graves, não se limitariam ao mercado de capitais e inevitavelmente afetariam também a chamada 'economia real'. Nenhum de nós deseja que isso ocorra, e, portanto, não me parece que devamos aguardar de braços cruzados novos tremores, como se fossem forças incontrolláveis da natureza.

Esse mesmo apelo à razão eu estendo à segunda mensagem que gostaria de deixar-lhes esta noite.

Estou aqui, hoje, como Presidente do Brasil, porque ajudei a acabar com quase três décadas de inflação descontrolada, instabilidade econômica e imprevisibilidade política. Não digo isso com sentimento de orgulho pessoal, pois sempre sustentei que transformações dessa magnitude não podem ser atribuídas a este ou aquele indivíduo. Ao contrário, só é possível mudar verdadeiramente quando o conjunto da sociedade decide fazê-lo. O Reino Unido acaba de passar por uma experiência de renovação, e todos aqui sabem que não existe força maior do que um povo ávido por transformação e esperança.

O ponto a ressaltar é que na origem do mandato que recebi do eleitorado de uma das maiores democracias do mundo está o compromisso com a mudança. Fui eleito em função do papel que tive na implementação do programa de estabilização econômica, mas o fui, principalmente, para defender a integridade do Plano Real e para

levar adiante o trabalho de erguer alicerces sólidos para sua sustentação permanente.

Meu Governo não vacilará um instante sequer quando se tratar de defender essa que é uma das grandes conquistas da sociedade brasileira.

Essa determinação terá ficado bem clara nas medidas que adotamos em resposta à repercussão das turbulências verificadas entre o final de outubro e o início de novembro. A maioria das providências fiscais que lançamos já estava em etapa final de elaboração, boa parte delas era necessária independentemente da conjuntura, outras, obviamente, têm caráter temporário. A elevação da taxa de juros, está claro, não era algo que desejássemos fazer, muito pelo contrário. A situação internacional nos obrigou a caminhar na direção oposta à que vínhamos trilhando, no sentido da redução gradual dessas taxas.

Nos próximos meses, essas medidas representarão um sacrifício para os brasileiros. Tenho plena consciência disto. Mas estou convencido de que a maior parte da população, apesar das dificuldades que enfrenta em seu cotidiano, compreende a apóia o nosso esforço.

Eu falo aqui com a autoridade de uma nação, de um governo que não apenas cumpriu o que se propôs a realizar, mas foi além das expectativas. O Brasil mudou muito, melhorou muito. A inflação está hoje sob controle, em níveis aceitáveis internacionalmente. Avancamos rapidamente em um programa de privatização que é um dos maiores jamais realizados em qualquer país. Recuperamos a confiança dos investidores brasileiros e estrangeiros. Em 1996, recebemos mais de 9 bilhões de dólares em investimento direto estrangeiro. Nos últimos doze meses, recebemos 16,5 bilhões de dólares também em investimento direto.

Em resumo, minha mensagem é a seguinte: a comunidade internacional, e os agentes econômicos em todo o mundo, têm razões sólidas de confiança no Brasil. Nós já fizemos muito, e vamos fazer muito mais. Vamos completar a obra da estabilidade e da modernização de nossa economia e de nosso aparelho de Estado. E, sobretudo, vamos transformar os benefícios dessas reformas em melhoria efetiva da qualidade de vida da maioria dos brasileiros.

Por tudo isso, iremos manter o curso que estamos seguindo, a caminho de um equilíbrio macroeconômico e do avanço das reformas institucionais e legais necessárias à modernização do País.

Apesar das dificuldades a que temos assistido na cena internacional, a economia real do Brasil seguirá em frente, progredindo e crescendo. Mais do que nunca, são atuais os cenários elaborados por governos, organismos multilaterais e outras entidades, segundo os quais o Brasil será, dentro de quinze a vinte anos, uma das cinco maiores potências econômicas da Terra.

E aí reside uma extraordinária janela de oportunidade para investidores estrangeiros, particularmente do Reino Unido. Este país é hoje a terceira fonte do nosso estoque de investimento direto, e estão dadas as condições para que tal posição pelo menos se mantenha. Entre os países emergentes, apenas a China supera o Brasil como destino de empresas transnacionais engajadas diretamente nos setores industrial e de serviços. Entre as quinhentas maiores firmas internacionais, 375 atuam em nosso país.

O programa de privatização brasileiro envolve valores da ordem de dezenas de bilhões de dólares. Como sabem, tem havido forte competição internacional para participar. Curiosamente, a presença de empresas britânicas nessa disputa tem ficado aquém do que se esperaria de um dos nossos parceiros mais tradicionais. Ainda há tempo para reverter essa situação. Além disso, estamos fazendo grandes inversões na atualização da infra-estrutura básica, outro manancial importante de negócios.

Um dos efeitos que espero possa resultar da visita de Estado será justamente o de sensibilizar os setores privados de ambos os países para o grande potencial de empreendimentos conjuntos, de alianças e parcerias criativas que resultem em bons retornos para as nossas respectivas economias.

Sei que o Governo e a comunidade empresarial do Reino Unido, especialmente a City de Londres, comungam desse sentimento. E por isso estou aqui. Porque acredito que o Brasil e o Reino Unido, duas das dez maiores economias do mundo, duas democracias vigorosas e renovadas, têm um papel importante a desempenhar, juntos, no encaminhamento da era histórica que se inicia com a chegada do novo século.

Lord Mayor, Altezas Reais, peço aos presentes que se juntem a mim num brinde ao Lord Mayor, à Corporação de Londres, ao presente e futuro das relações entre o Brasil e o Reino Unido.